



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1019904-18.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
 Requerente: **Caime Casale Comercial Ltda Epp**
 Requerido: **'Banco do Brasil S/A**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

CAIME CASALE COMERCIAL LTDA. EPP

ajuizou a presente **Ação de RESPONSABILIDADE CIVIL** em face de **BANCO DO BRASIL S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduziu, em síntese: 1) que é correntista do banco requerido e que para fazer movimentações bancárias se utiliza do sistema informatizado, fornecido pelo próprio réu; 2) que desde 04/12/2015 não tem conseguido promover nenhum lançamento, tendo em vista sua conta estar bloqueada; 3) que o bloqueio partiu de uma outra agência do banco réu, em virtude de débitos não pagos; 4) que a conta objeto da inicial, é utilizada para recebimento de vários convênios, o que vem prejudicando o andamento de sua atividade comercial, inclusive pagamento de funcionários; 5) que tentou junto a Ouvidoria do réu uma solução administrativa, mas tal intento restou infrutífero. Pediu liminarmente o desbloqueio da conta sob pena de multa diária e indenização por dano moral.

A inicial veio instruída com documentos.

Devidamente citado, o requerido apresentou contestação as fls. 73/80. Preliminarmente, informou o cumprimento da liminar e ainda que a presente ação veio desprovida dos documentos indispensáveis a

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

propositura da ação que por isso deve ser extinta. No mérito, argumentou que a autora não comprovou o dano moral e que ela tinha ciência de que a conta poderia ser bloqueada por débitos pendentes. Por fim, pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 147/150.

As partes foram instadas a produzir provas. O Banco pediu o julgamento antecipado da LIDE e a autora silenciou.

É o relatório.

DECIDO.

A autora não coloca em dúvida estar em débito.

Diante dessa circunstância o Banco não está obrigado a antecipar, a ela, “recebíveis”.

Outrossim, se as condições exigidas pelo Banco para renegociação da dívida são inapropriadas, desvantajosas economicamente, seria o caso da autora se valer de outra Casa Bancária para concentrar seus negócios (vg. Convênios, etc).

Ademais, na inicial não foram elencados os pontos abusivos da contratação proposta, o que impede qualquer pronunciamento do Juízo a respeito.

Por fim, nas cláusulas gerais da avença firmada entre as partes foi prevista a possibilidade de bloqueio de numerário havendo débitos em aberto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Concluindo: no contexto da prova produzida pelas partes – que, inclusive, sinalizaram com o julgamento no estado – não há como concluir que a Casa Bancária tenha agido irregularmente, adotando a conduta que adotou.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA PORTAL.**

Via de consequência, fica a autora condenada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono do banco/requerido, que fixo, por equidade, em R\$ 1.000,00.

P. R. I.

São Carlos, 29 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**